



PONTO DE VISTA | PROF. JOÃO ALEXANDRE DOS SANTOS

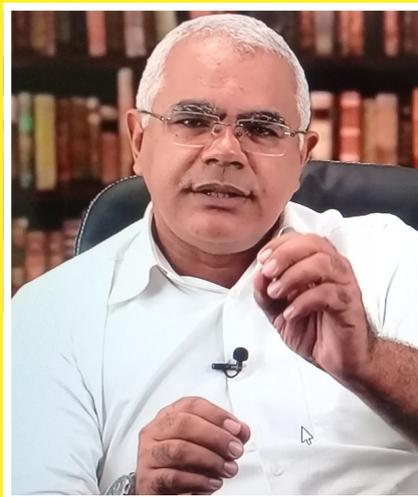
Diretor Acadêmico do Centro de Estudos e Ensino em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESDH) | academico@cesdh.com.br

Polícia e Sociedade: um outro olhar sobre o tema

Exercer o pensamento acadêmico sobre o tema Segurança Pública em um país com gritantes desigualdades, imperativamente nos leva ao exercício de reflexões muito além do que simplesmente discutir modelos de polícias e sua atuação operacional. Se pararmos para analisar, e vou aqui ser o menos enfadonho possível, mesmo vivendo sob um regime dito democrático, a nossa cultura, o comportamento social e o modelo de gestão a que somos submetidos, muito se assemelham ao velho Brasil Colônia.

O Brasil, por sua divisão política, possui 5.598 donos (Presidente, Governadores e Prefeitos), como era nas capitanias hereditárias, onde os caciques regionais e as famílias tradicionais, ou a quem o dinheiro deles lá colocam, ditam os rumos nos estados-membros e municípios, tendo ao seu lado juízes validadores de suas improbidades, fiscais das leis cegos e corrompidos, domínio dos meios de comunicação e das seções eleitorais e uma polícia armada sob seu total comando, com a qual o dito *governante* faz o que quer, como se ela fosse sua guarda pretoriana.

Essa democracia, se assim podemos verdadeiramente chamar, prega



a liberdade, mas impede a manifestação de suas ideias, pensamentos e expressão, tendo um Supremo Tribunal muito parecido com o da Inquisição. A promiscuidade entre o público e o privado é algo tão ilegal e imoral como desde as grandes companhias de navegação, onde empresários em conluio dominam governos, corrompem parlamentos, manipulam o modelo político e constroem e destroem seus *representantes*, ou podemos dizer, marionetes. Esses políticos são eleitos usando a justificativa de que todo poder emana do povo, onde esse poder de escolha é colocado sob forma de um *voto eletrônico du-*

vidoso, cuja tecla é apertada por um desvalido sem cultura e que o fez não porque saiba o que é democracia, cidadania, poder e voto, e sim porque algum cabo eleitoral o buscou em casa, deu-lhe alguns trocados, boné, chaveiros ou uma promessa de emprego comissionado, relembrando-nos fortemente os currais eleitorais de um tempo não muito distante.

Entre coronéis, caciques, líderes de partidos, empresários e organizações criminosas associadas, assim caminha o nosso Brasil, que usa a falsa identidade de país democrático, quando na verdade ainda somos o velho Brasil Colônia com suas capitanias hereditárias, oligarquias, e das velhas tratativas que tínhamos com a Coroa portuguesa. Enfim, o nosso *novo Brasil*, na verdade, foi apenas maquiado, onde meia dúzia de espertos colocou sobre ele uma *plotagem de democrático*, mas na verdade somos ainda escravos dos mesmos senhores e das mesmas práticas, sendo apenas chicoteados pelos sucessores dos antigos algozes.

Assim, quando olhamos para a segurança pública e colocamo-nos a refletir, perguntas óbvias nos vêm até a mente: O que de fato a polícia faz?

Por que ela age assim? Para quem de fato ela trabalha? Como ela, querendo ser uma *polícia de Estado*, poderá evoluir em seu modelo até se tornar uma polícia da democracia? Como isso ocorrerá sem deixar de beijar as mãos de seus soberanos corruptos e que, por força popular, foram lá colocados como Chefes Supremos dessa mesma polícia da qual eles não querem mudanças?

Disso tudo, decorrem algumas revelações que vão nos esclarecendo sobre questões fundamentais que se relacionam diretamente com segurança pública e que pouco notamos, vejamos: (i) Por que os modelos de polícias estão ultrapassados? (ii) Por que os regulamentos disciplinares são altamente punitivos? (iii) Por que as cúpulas de dirigentes das polícias foram transformadas em um puxadinho político dos palácios de governos? (iv) Por que o sucateamento da máquina pública não é revertido, devolvendo-lhe a eficiência necessária à construção da democracia? (v) Por que os governantes destroem as carreiras de Estado? (iv) Por que os governantes alimentam as práticas de canibalismo institucional, jogando uma polícia contra a outra? (v) Por que os planos de segurança pública, quando existem, são sempre ilusórios e impraticáveis? (vi) Por que nossa legislação criminal perdeu o efeito? (vi) Por que a gritante ausência de investimentos em educação, cultura, saúde, saneamento básico, formação para o trabalho, emprego, renda, linhas de crédito ao empreendedorismo? E muitas outras indagações.

A Polícia, como bem nos ensina REINER, é uma atividade que reflete os conflitos e as contradições da

estrutura social, lidando com parte mais dolorosa de tudo isso que acima citei, quando já se transformou em fenômenos antijurídicos e culpáveis. As instituições policiais trabalham com o resultado mais nefasto da exploração, do desemprego, da exclusão e da falta de gestão mínima das necessidades básicas do ser humano, tornando o conflito algo

“O que de fato a polícia faz? Por que ela age assim? Para quem de fato ela trabalha? Como ela, querendo ser uma polícia de Estado, poderá evoluir em seu modelo até se tornar uma polícia da democracia?”

inevitável. São mazelas que possuem raízes profundas e que a polícia só consegue tratar com os ramos, pois não foi ela quem plantou aquilo. A prova cabal disso é que, dos atendimentos realizados pelas centrais de polícias, de 60% a 80% são ocorrências de cunho social ou de menor potencial ofensivo. Prova disso, é que os crimes cometidos em sua maioria são de natureza patrimonial ou com resultado óbito desse primeiro. A geração de excluídos saiu às ruas para caçar, sobreviver, afrontar o sistema, e encontrará pela frente policiais que têm o dever legal de impedir. E não

há mediação de conflitos que faça reverter o cenário do enfrentamento no mundo real das ruas.

A política faz os políticos, os políticos constroem e alimentam um sistema que trabalha para eles e no rumo dos seus interesses. O crime trabalha para ele próprio e para a política também, a polícia trabalha para a política e tenta sobreviver entre o falso conceito de democracia, de sociedade justa e igualitária e de direitos humanos, tendo que, por meios próprios, tentar sobreviver. A mão que balança o berço das polícias é a mesma que a lança no seio da sociedade para reprimir o resultado de sua ineficiência de gestão, para enfrentar, deter ou combater o *mal* que ela mesmo criou. Nossas polícias ainda não são instituições de Estado e sim de governos, pois as leis as colocam numa situação de total submissão aos soberanos, sem nenhuma forma de controle ou gestão social, tornando essas valiosas instituições em um reduto onde a democracia ainda não chegou por completo.

O dia em que a sociedade entender que *a comprovação da eficiência policial é a ausência de crimes e desordem, e não mostras visíveis de ação policial no trato com eles*, como nos ensinou Robert Peel, saberá que é hora de se posicionar a favor das polícias e não de governantes temporários. A polícia é do povo, e não de governos.

Concluindo, deixo aqui as lições do Mestre Bismael Moraes, que nos provoca à reflexão ao escrever que “... já é tempo de falar sobre segurança pública no Brasil, prestando esclarecimentos definitivos à população, que não pode mais continuar como cobaia apavorada e batendo palmas para os algozes”. ■